



**Universidade de Brasília (UnB)**

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)**

**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)**

**ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:  
Reflexos do Programa REUNI**

**ALEX SOUZA CANÇADO**

**Brasília - DF**

**2015**

**ALEX SOUZA CANÇADO**

**ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:**

**Reflexos do Programa REUNI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:**

Prof. Antonio Carlos dos Santos

**Linha de pesquisa:**

Impactos da Contabilidade na Sociedade

**Área:**

Contabilidade, finanças e orçamento públicos

**Brasília - DF**

**2015**

Cançado, Alex Souza

**ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Reflexos do Programa REUNI** / Alex Souza Cançado – Brasília, 2015. 50 f.

Orientador: Prof. Mestre Antonio Carlos dos Santos

Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado) – Universidade de Brasília.

1. Gastos Federais. 2. REUNI. 3. Expansão. 4. Universidade de Brasília.  
I. Santos, Antonio Carlos dos. II. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (CCA/FACE/UnB). III. Título.

CDD –

ALEX SOUZA CANÇADO

**ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:**

**Reflexos do Programa REUNI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília submetido à apreciação da banca examinadora como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 01/07/2015.

**Banca examinadora:**

---

**Professor Mestre Antonio Carlos dos Santos**  
**Orientador – Universidade de Brasília (UnB)**

---

**Professora Mestra Fernanda Jaqueline Lopes**  
**Membro Examinador – Universidade de Brasília (UnB)**

**Brasília - DF**

**2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por mais essa vitória alcançada, pela saúde e força que foram importantes para vencer todos os obstáculos.

A todo o corpo docente do Departamento de Ciências Contábeis, em especial, ao Prof. Antonio Carlos dos Santos, ao qual agradeço pela orientação e atenção que me foi dispensada, disponibilizando parte do seu precioso tempo para contribuir com o bom andamento desse trabalho.

A Nathália Freire pelo carinho, compreensão e por estar presente ao longo de vários momentos durante a realização desse trabalho.

Aos meus pais que sempre me incentivaram nos estudos, agradeço imensamente por todo apoio, amor e confiança. As minhas irmãs pelo carinho e atenção.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e que de alguma maneira contribuíram para a realização desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de mostrar o impacto orçamentário do Projeto da Universidade de Brasília para inserção no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O estudo teve como objetivo evidenciar o comportamento dos gastos da UnB após a sua inserção no REUNI. Para tanto, procurou-se destacar as variações das despesas orçamentárias executadas pela UnB, no período delimitado de pesquisa, confrontando-as com o quantitativo de alunos matriculados. Outro ponto considerado foi à análise do comportamento dos gastos com pessoal antes e após a implantação do REUNI e exposição dos principais gastos com a ampliação e manutenção da infraestrutura instalada. Trata-se de uma pesquisa descritiva restrita à análise de dados pré-existentes. Quanto à coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo os dados financeiros retirados do Siga Brasil, sistema disponibilizado pelo Senado Federal. A análise dos dados foi feita por meio de abordagens qualiquantitativa, valendo-se de números índice para comparações. Em termos gerais verificou-se um crescimento no total de despesas e que a UnB, de fato, ampliou o acesso de alunos ao ensino superior. O aumento do número de alunos matriculados foi proporcionalmente maior do que o acréscimo no volume de recursos executados após a implantação do Programa. O REUNI sinaliza para um melhor aproveitamento da capacidade instalada, indo ao encontro das diretrizes gerais pré-estabelecidas.

**Palavras-chaves:** Gastos Federais. REUNI. Expansão. Universidade de Brasília.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Despesa executada pela UnB, no período 2004 a 2014 .....	27
Gráfico 2 - Despesas por Fonte de Recursos, no período 2004 a 2014 .....	28
Gráfico 3 - Despesas executadas pela UnB - Excluídos Inativos e Pensionistas .....	29
Gráfico 4 - Despesas correntes e de capital por Fonte de Recursos, 2004 a 2014 .....	35

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Orçamento da UnB x Alunos matriculados – Antes e após o REUNI.....	30
Tabela 2 - Gasto Pessoal Ativo x Efetivo – Antes e após o REUNI.....	31
Tabela 3 – Relação Gasto Pessoal Ativo x Aluno – Antes e após REUNI .....	32
Tabela 4 - Evolução do efetivo ativo da UnB, de 2004 a 2014.....	33
Tabela 5 - Outras despesas correntes e de capital, antes e após 2008. ....	34
Tabela 6 - Outras despesas correntes e de capital por elemento de despesa .....	36



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BAES	Bloco de Salas de Aula Eudoro de Souza
BCE	Biblioteca Central da UnB
BSA	Bloco de Salas de Aula Sul
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de eventos
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos
CF	Constituição Federal
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade de Brasília
DRU	Desvinculações da Receita da União
FCE	Faculdade de Ceilândia
FUB	Fundação Universidade de Brasília
GDF	Governo do Distrito Federal
HUB	Hospital Universitário de Brasília
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IE	Imposto sobre a Exportação
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
II	Imposto sobre a Importação
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto sobre a Renda
IREL/IPOL	Instituto de Relações Internacionais e Política Externa
ITR	Imposto Territorial Rural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
ODC	Outras Despesas Correntes
ODCC	Outras Despesas Correntes e de Capital
OS	Organização Social
p.p	pontos percentuais

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SELOR	Sistema de Elaboração da Lei Orçamentária
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIEST	Sistema de Informação das Estatais
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SUS	Sistema Único de Saúde
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Formulação do problema .....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.3 Justificativa.....	13
1.5 Organização do trabalho .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) .....	15
2.2 O REUNI na Universidade de Brasília.....	16
2.3 Financiamento das IFES .....	19
2.4 Evidenciação sobre ótica da <i>Accountability</i> .....	20
<b>3 PROCEDER METODOLÓGICO .....</b>	<b>23</b>
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>27</b>
4.1 Reflexos do REUNI no total das despesas executadas pela UnB.....	27
4.2 Reflexos do REUNI nas despesas com pessoal da UnB .....	31
4.3 Reflexos do REUNI nas Outras Despesas Correntes e de Capital .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um bem público de direito social, inalienável e garantido pela Constituição Federal (CF/88). Segundo prevê o seu Art. 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado. Assim, cabe ao Estado proporcionar sua oferta, manutenção e desenvolvimento, os quais devem ser pautados por políticas públicas visando proporcionar igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino.

O Art. 211 da Carta Magna estabelece que a União detém a responsabilidade de organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino públicas federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A transmissão do conhecimento possui importante valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico das nações. Nos últimos anos, diversos países têm promovido debates acerca da realização de mudanças na organização do ensino de educação superior e de pesquisa, com o objetivo de promover e criar novos modelos de aprendizagem, de produção, gestão e aplicação do conhecimento (MEC, 2012a).

Chauí (2003), cita que a universidade é uma instituição social e exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Desta forma, opiniões, atitudes e projetos conflitantes, que exprimem divisões e contradições da sociedade, coexistem nas instituições universitárias.

O reconhecimento do papel da Universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita (MEC, 2012a).

A elitização do acesso à educação superior passou a ser duramente questionada ao longo dos últimos anos e apontada como uma forma de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior.

O Brasil é um país marcado por desigualdades históricas, a busca pela equidade e pela qualidade da educação é uma tarefa que implica à adoção de políticas públicas que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. Na sociedade contemporânea, a educação é

condição necessária para o desenvolvimento da cidadania plena e para a consolidação da igualdade de oportunidade para todas as pessoas.

A fim de que as Instituições de Ensino Superior possam atuar com maior sentido e pertinência social, tem sido indicadas como estratégias a expansão da infraestrutura, bem como o desenvolvimento de novos modelos e possibilidades de aprendizagem, pesquisa e inovação. Discussões nesse sentido tem mostrado a necessidade de buscar mudanças para melhor estruturação de sistemas e instituições, com o objetivo de promover a equidade, a ampliação dos mecanismos de inclusão social e preservação da qualidade da formação (UNESCO, 2012b).

No que diz respeito às políticas públicas de investimento no ensino superior, o projeto que tem mostrado maior importância, no cenário nacional recente, é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Seu objetivo é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, buscando melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O Programa tem como pressupostos básicos: investir na reestruturação e expansão da universidade, a fim de ampliar o acesso e a permanência na educação superior; executar modificações e ampliação de infraestrutura; proporcionar aumento na oferta do número de vagas de ingresso; reduzir as taxas de evasão; ocupar as vagas ociosas; e realizar contratações para ampliação do quadro de docentes e servidores técnicos administrativos.

O REUNI é um programa de reformas pautado na manutenção da autonomia das instituições e acoplado a um conjunto de financiamentos para aquelas universidades que a ele aderiram. Porém, condicionou a transferência de recursos ao cumprimento de metas previamente estabelecidas em propostas de adesão apresentadas pelas próprias Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (TEIXEIRA, 2013).

A expansão universitária e a qualidade do ensino são temas de controvérsias, pois numerosos desafios podem aparecer no desenvolvimento de ações que envolvem dimensões quantitativas e qualitativas. Entretanto, o recorte deste trabalho está voltado para os aspectos financeiros do Programa REUNI, cujos reflexos serão analisados, tomando-se como base a execução orçamentária da Universidade de Brasília (UnB) no período de 2004 a 2014.

## **1.1 Formulação do problema**

Conforme previsto nas Diretrizes Gerais do REUNI, os planos de reestruturação apresentados pelas IFES, e aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), teriam a sua exequibilidade financeira garantida por aquele órgão, mediante termo de pactuação de metas firmado entre ambos (MEC, 2007b).

Para participar do citado Programa, a UnB apresentou seu último projeto revisado, em 04 de julho de 2008, o qual somente passou a ter efeitos financeiros a partir do ano de 2009. Em função disso, foi estabelecida como norteadora da presente pesquisa a seguinte questão: *Quais foram os reflexos orçamentários advindos da participação da UnB no Programa REUNI?*

## 1.2 Objetivos

Em razão do foco de estudo estabelecido na subseção anterior, o objetivo geral da presente pesquisa é evidenciar o comportamento dos gastos da UnB após a sua entrada no Programa REUNI.

Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- destacar as variações das despesas orçamentárias executadas pela UnB, no período de 2004 a 2014, confrontando-as com o quantitativo de alunos matriculados;
- analisar o comportamento dos gastos com pessoal antes e após a introdução do REUNI na UnB; e
- expor os principais gastos com a ampliação e manutenção da infraestrutura instalada.

## 1.3 Justificativa

Os recursos públicos são limitados e escassos. Por isso, sua utilização não pode ser feita de forma aleatória. Assim sendo, na busca de uma melhor qualidade de ensino, a ação da Universidade deve ser pautada pela procura de melhores estruturas para receber professores e alunos, na melhoria dos laboratórios, ampliação do acesso dos discentes aos instrumentos de pesquisa, contratação de novos quadros, especialização continuada, entre outras.

Logo, a evidenciação e a transparência dos gastos públicos permite que a população saiba como os recursos públicos estão sendo aplicados. A participação social na gestão pública, além de direito garantido pela Constituição Federal, permite a fiscalização da utilização dos recursos. Ou seja, o controle social é um meio importante para exigir melhor aplicação do dinheiro público.

Dessa forma, essa pesquisa pode ser justificada pela necessidade de se entender melhor os desdobramentos da implementação do REUNI na UnB em termos orçamentários. De acordo com relatórios elaborados pela própria UnB, esse Programa de Reestruturação acarretou diversas mudanças, como: investimentos para construção e ampliação dos quatro campus do Distrito Federal; aquisição de equipamentos e materiais; criação de novos cursos; e aumento de oferta de vagas para ingresso.

### **1.5 Organização do trabalho**

Além deste capítulo de introdução, o trabalho está dividido em mais cinco seções: Referencial Teórico que faz uma revisão de literatura sobre a implantação do REUNI, uma abordagem sobre o financiamento das IFES, e evidenciação sobre a ótica da *accountability*; Proceder Metodológico que descreve os métodos e procedimentos adotados para condução da pesquisa; Descrição e análise dos resultados obtidos em face dos objetivos da pesquisa; Considerações Finais com exposição dos objetivos e síntese dos resultados alcançados e Apêndices com informações complementares.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído com advento do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Teve como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, com o intuito de aumentar a qualidade dos cursos e melhorar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitando as características particulares de cada instituição, e estimulando a diversidade no sistema de ensino superior (MEC, 2007a).

O foco desse programa está em reunir esforços para promover a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, na qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 10.172/01, quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (MEC, 2007b).

A meta global do Programa era alcançar ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (MEC, 2007a).

As Diretrizes Gerais para o REUNI contemplam dimensões que devem ser combinadas no plano de reestruturação das universidades federais e adequadas de acordo com a opção institucional de cada caso. Elas contemplam o aumento de vagas de ingresso, redução da evasão, ocupação de vagas ociosas, reorganização dos cursos, articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, promoção da ampla mobilidade estudantil, das políticas de inclusão e extensão, e, por fim, a articulação da graduação com a pós-graduação (MEC, 2007b).

O REUNI foi apresentado às universidades federais ressaltando a liberdade de escolha das instituições quanto à adesão. Ou seja, pautou-se pelo respeito à autonomia das universidades. Entretanto, o programa condicionou a transferência de recursos ao atingimento das metas previamente acordadas, vinculando os repasses ao cumprimento de etapas e ao alcance de expectativas.



A autonomia universitária, em síntese, está relacionada a não interferência do estado na organização interna das instituições, possibilitando às universidades definirem regras e diretrizes para que possam construir sua identidade e assumir seu papel social, além de ser relevante para manutenção da qualidade da educação, contribuindo para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Oliveira (2013), o conceito de autonomia pode ser visto sob dois enfoques: pela ótica política, referindo-se a não interferência do governo na organização interna da universidade, que possui capacidade decisória para definir regras e diretrizes a serem seguidas, já na ótica econômica, está relacionada à independência para gerir os recursos recebidos.

Segundo Teixeira (2013), o programa de reestruturação foi apresentado pelo Governo às universidades públicas ressaltando o direito de liberdade de escolha em relação à adesão, todavia a instituição que não aderisse ficaria praticamente fora dos investimentos financeiros realizados a partir do Ministério da Educação.

Ainda conforme análise da autora, as IFES foram convidadas a buscar uma maior otimização dos seus recursos de pessoal, com aval para realizar contratações e ampliações de infraestrutura, supostamente respeitando a autonomia dessas instituições, já que a elas foram concedidos o direito de escolha em aderir, ou não, ao “Acordo de Metas” e apresentar o seu planejamento de expansão.

Em síntese, o REUNI foi criado com a finalidade de aumentar o número de vagas na rede pública de ensino superior, bem como garantir maiores recursos para as universidades federais, com o intuito de expandi-las a ponto de atender, até mesmo distantes dos grandes centros econômicos, àquelas pessoas interessadas em ingressar nas universidades públicas.

Novidades têm sido percebidas desde a adoção do programa, o número de campus nas universidades federais aumentou, e consequentemente o número de professores e de vagas ofertadas. Houve ainda a adoção de cursos de menor duração voltados ao preparo técnico para o mercado de trabalho, sendo, o aprofundamento do conhecimento, opção do aluno, que pode fazê-lo através da montagem e escolha de sua grade horária (OLIVEIRA, 2013).

## **2.2 O REUNI na Universidade de Brasília**

A Fundação Universidade de Brasília (FUB), criada através da Lei n. 3.998, de 1961, segundo disposto em seu Art. 3º, tem por objetivo manter a Universidade de Brasília (UNB), em todos os ramos do saber e de divulgação científica e cultural.

No tocante à estrutura, em 2004, existiam 22 Institutos e Faculdades, 5 Decanatos, 6 Órgãos Complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Centro de Produção Cultural e Educativa, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa e Hospital Universitário), 51 Departamentos, 396 Laboratórios, 3 Secretarias e 1 Hospital Veterinário com duas unidades. A UnB contava com 162 cursos, inclusos os da modalidade à distância, sendo 75 de graduação, 56 de mestrado e 31 de doutorado (UNB, 2014b).

Nos últimos anos, a instituição cresceu além do previsto em seu Plano Orientador, mas não o suficiente para atender a população de Brasília, tão pouco do Distrito Federal. Apesar do crescimento alcançado e de se constituir como uma instituição de destaque no rol das universidades públicas, ainda está restrita a um público pequeno e elitizado, representando apenas cerca de 20% dos alunos de cursos de graduação no Distrito Federal (MELO, 2009).

Segundo Oliveira (2013), a necessidade de expansão da Universidade de Brasília é muito discutida por membros do Conselho de Educação e do Estado. O crescimento acelerado da população do Distrito Federal e do entorno, não foi acompanhado de um adequado desenvolvimento econômico, tornando-se necessários investimentos na formação e qualificação de recursos humanos a fim de possibilitar a sustentabilidade do processo desenvolvimentista.

Esse contexto e a necessidade de proporcionar maior inclusão na educação superior pública justificaram a elaboração da proposta de descentralização física do campus Darcy Ribeiro da UnB, situado no Plano Piloto, em direção às áreas do entorno com considerável contingente populacional, onde se localiza grande parte da população que precisa se deslocar para conseguir melhores condições de emprego e estudo (Oliveira, 2013).

Para implantação do plano de expansão fez-se necessário aumento nos investimentos de ordem financeira com a finalidade de tornar realizável a construção de novos campus e espaços físicos, ampliação e reforma dos espaços já existentes, contratação de professores e técnicos administrativos e financiamento das pesquisas. Assim sendo, em meio a outras políticas públicas existentes relativas à educação, o REUNI demonstrou-se capaz de financiar as universidades no âmbito de seus projetos, indo ao encontro das necessidades e pretensões da UnB.

O Conselho Universitário da Universidade de Brasília (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em 19 de outubro de 2007, o documento – A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social – como carta de intenções da Instituição para ingressar no REUNI.

Em 13 de março de 2008, a UnB assinou o Acordo de Metas com MEC, mas devido uma série de problemas, esse acordo foi reformulado e retomou-se o processo democrático de decisões, com discussões entre os diversos segmentos da Universidade. Assim sendo, no mês de junho de 2008, com o objetivo de orientar a reformulação da proposta da UnB para o REUNI, tendo como base o acordo de metas inicialmente assinado com o MEC, foram aprovadas as Diretrizes para Adequação da Proposta da UnB às Diretrizes Gerais do REUNI, com as seguintes metas gerais:

- criação de novos cursos e expansão dos já existentes, sobretudo no período noturno, como forma de melhorar o aproveitamento do espaço físico;
- abertura de novos cursos com perfis interdisciplinares – parcerias entre diferentes unidades acadêmicas;
- reestruturação pedagógica;
- criação de mobilidade inter e interinstitucional;
- criação de políticas de fortalecimento institucional;
- redução de evasão;
- ampliação da inclusão social; e
- fortalecimento das licenciaturas.

Esse projeto, intitulado de Proposta da Universidade de Brasília para o Programa REUNI, foi aprovada pela 339ª reunião do CONSUNI, realizada em 04 de julho de 2008, e posteriormente ratificada pelo MEC. Acreditava-se que a implantação do Projeto traria à Universidade o volume de investimentos necessários à consolidação do Campus Darcy Ribeiro, à ampliação do Campus de Planaltina, à construção dos novos campus de Ceilândia e Gama, resultando na criação de 4.306 novas vagas, até o final de 2012. A Proposta apresentada descreve as dimensões, atividades e recursos orçamentários do projeto REUNI, incorporado ao Sistema de Planejamento Institucional da UnB, cuja execução contempla o período de 2008 a 2012 (UNB, 2008).

O documento apresenta estratégias para alcançar as metas gerais propostas que contemplam a readequação de espaços físicos por meio de reforma e construções; compra de novos equipamentos; ampliação do quadro docente e de servidores; readequação e modernização da Biblioteca; incentivo a professores mais experientes para trabalhar com turmas iniciais; definição de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas por estudantes da própria instituição, bem como o preenchimento daquelas remanescentes, por estudantes de outras Instituições de Ensino Superior.

A Universidade também se comprometeu a elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90% (noventa por cento), expandir sua participação na comunidade, revisar os projetos político-pedagógicos dos cursos, criar novos

cursos, ampliar a política de inclusão e assistência estudantil, articular a educação superior com a educação básica, bem como a graduação com a pós-graduação.

## 2.3 Financiamento das IFES

De um modo geral, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são financiadas com recursos do Tesouro Nacional, provenientes das receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras que constituem o Orçamento da União.

A CF/88, em seu Art. 212, estabelece que a União aplicará, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Conforme contido no Art. 55 da Lei Nº 9.394, de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Ainda no Art. 70, a LDB estabelece que são consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Nas universidades públicas federais são três as principais fontes de recursos: as receitas governamentais, provenientes do Tesouro Nacional; as oriundas de convênios com organismos públicos e privados; e as receitas próprias ou diretamente arrecadadas.

Os Convênios das universidades federais podem ser de caráter federal, estadual ou municipal. A prestação de serviços, a comercialização de bens e os projetos de cooperação têm sido formas bastante utilizadas na geração de receitas por essas instituições. Cada universidade procura o maior número possível de convênios, pois é uma forma permitida pela legislação para complementar a receita.

A terceira fonte relevante para as universidades federais são as receitas próprias. Esses recursos são provenientes da prestação de serviços pelas diversas unidades da própria instituição, tais como: a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos hospitais universitários; taxas internas; aluguéis; doações; arrendamentos; e receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro.

As IFES vêm buscando opções variadas de captação de recursos próprios, como forma de complementar as verbas aportadas pelo MEC. Essas opções têm incluído, entre outras, a prestação de serviços diversos, como assessorias, realizações de concursos públicos e oferta de cursos – os de especialização, por exemplo.

No caso específico da UnB, os recursos próprios são das mais diversas origens. Porém, destacam-se as receitas imobiliárias e as oriundas da elaboração e aplicação de provas de concursos públicos e vestibulares, em todo o país, por parte do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE). Sendo, esse órgão, o responsável pela captação da maioria absoluta dos recursos próprios da Universidade (VELLOSO e MARQUES, 2005).

Entretanto, no que tange a importância das receitas diretamente arrecadadas, o Tesouro Nacional ainda é o principal financiador dos recursos necessários à manutenção das IFES. Ou seja, a geração de recursos próprios não é suficiente para substituir o aporte de verbas públicas, sendo o poder público fundamental para a manutenção financeira e administrativa de cada uma das instituições.

## **2.4 Evidenciação sobre ótica da *Accountability***

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a fornecer aos seus usuários análises e demonstrações de natureza física, financeira, econômica e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. Dentre os objetivos da Contabilidade, está o de auxiliar seus usuários na tomada de decisão fornecendo elementos e informações importantes para o processo decisório (PADOVEZE, 2010).

Conforme Iudícibus (2000), a evidenciação ou *disclosure* possui ligação direta com os objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os diversos tipos de usuários. As formas de evidenciação podem ser variadas, mas a essência é a mesma, consiste em apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira organizada, deixando o mínimo possível de informação fora dos demonstrativos, a fim de propiciar uma base adequada de informação para os interessados.

No que concerne à evidenciação da Contabilidade Pública, que pode ser entendida como o ramo da Contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização dos atos e fatos da fazenda pública, do patrimônio público e suas respectivas variações, cabe ressaltar as instruções estabelecidas na Lei 4.320 de 1964:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

[...]

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Art. 90. A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

Silva (2007) destaca que o gasto público, como instrumento utilizado pelo governo para satisfazer as necessidades dos cidadãos, precisa ser evidenciado pela contabilidade como forma de demonstrar o efeito de sua atuação nas obras públicas, transferências de recursos ou prestação de serviços para a sociedade, que, por sua vez, tem interesse em controlar os recursos entregues para a administração do governo e em receber a prestação de contas dessa responsabilidade que lhe foi conferida.

Nesse contexto, verifica-se uma preocupação com a evidenciação e com o processo de transparência na utilização da coisa pública, pois uma nova visão de prestação de contas tem sido exigida pela sociedade em relação à atuação dos gestores públicos. Trata-se da *accountability*.

O termo *accountability*, originário da língua inglesa, ainda não possui tradução precisa ou adequada para o português, por isso tem sido tratado na literatura de forma abrangente e variada. Remete-se à prestação de contas ou responsabilização de administradores por entes controladores ou seus representantes (PEDERIVA, 1998).

Para Castro (2013) a *accountability* pode ser entendida como sendo uma filosofia de prestação de contas. Significa a responsabilidade de se prestar contas ao cidadão, das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados pelos agentes públicos. Está relacionada com a questão dos direitos do cidadão, podendo ser entendida como uma proteção que esses têm em relação às práticas da má administração.

Dessa forma, pode-se relacioná-la diretamente a democracia, pois quanto mais avançado o estágio democrático, maior interesse pela *accountability* que tende a acompanhar os avanços dos valores democráticos, tais como: igualdade, dignidade humana, participação, representatividade (CASTRO, 2013).

Ainda segundo esse autor, o mais importante é a prestação de contas da missão, dos objetivos dos programas governamentais e da efetividade destes, oferecendo a solução que a sociedade espera para resolver os problemas identificados e materializados nos orçamentos.

Enquanto a contabilidade cuida das informações internas da entidade (financeiras, orçamentárias e patrimoniais), a *accountability*, ao prestar contas de uma gestão, cuida dos resultados externos, e se preocupa em utilizar uma linguagem compreensível ao cidadão.

Pode-se estabelecer que, na esfera pública, a *accountability* contribui para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento, está relacionada com a melhoria da gestão e, conseqüentemente com a responsabilidade dos governos, dos funcionários públicos e dos políticos perante a sociedade, na execução e administração dos recursos públicos, visando à busca de maior eficiência na aplicação dos recursos (SILVA, 2007).

Enfim, existem variadas formas de evidenciação por meio dos quais os gestores, ou demais responsáveis pela administração pública, possam divulgar informações e prestar conta dos seus atos. No tocante ao REUNI, na UnB, foi criada uma comissão permanente REUNI, responsável pela execução e condução dos trabalhos. Todas as atividades desenvolvidas pela comissão permanente foram sintetizadas em relatórios semestrais que estão disponíveis no site da UnB, além de terem auxiliado na realização desse trabalho.

### 3 PROCEDER METODOLÓGICO

Segundo Oliveira (2013) a pesquisa torna-se necessária e imprescindível quando pautada na consciência da existência de um problema e nos anseios por encontrar uma solução. Para que a transmissão de conhecimento se dê de forma eficaz, é necessário que a pesquisa científica ocorra de forma organizada, analisando-se pontos e contrapontos, partindo-se sempre de um planejamento de fases a serem cumpridas de maneira que delimitem a matéria acerca da qual se pretende estudar.

Tomando-se como referência as tipologias de delineamentos de pesquisa apresentadas por Beuren et al. (2006) o presente trabalho pode ser classificado da seguinte forma:

a) quanto aos objetivos: enquadra-se como uma pesquisa descritiva. Haja vista, que está restrita à análise de dados pré-existentes sem qualquer interferência por parte do pesquisador. Porém visa observar os fatos, identificar, relatar e comparar os dados da amostra estudada, a fim de informar sobre situações, fatos e opiniões ou comportamentos que têm lugar na população analisada.

b) quanto aos procedimentos: tratando-se da maneira pela qual se conduz o estudo e se obtêm os dados a presente pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, tendo em vista que os esforços concentraram-se em determinado objeto de estudo, no caso em questão a própria UnB.

c) quanto à abordagem do problema: na realização da pesquisa estão conjugadas as abordagens qualitativa e quantitativa. É qualitativa em função da intenção de contribuir com o processo de aperfeiçoamento pelo qual vem passando a UnB, oferecendo informações sobre a aplicação dos recursos públicos por parte dessa IFES. De outra forma, apesar de não ter sido utilizado um instrumento estatístico específico para análise do problema proposto, fez-se uso de quantificações e de percentuais para o tratamento e análise dos dados, assim sendo também se enquadra como quantitativa.

De acordo com a dimensão temporal, caracteriza-se pelo corte transversal, já que os dados foram coletados em um período de tempo pré-determinado que compreende os anos de 2004 a 2014, abrangendo quatro anos antes do início do Programa REUNI e quatro após sua implantação, ficando as informações do ano de 2013 e 2014 como adicionais.

A maior parte dos dados foi coletada nos sítios eletrônicos da UnB e do Senado Federal. Os relatórios de gestão, os relatórios de auto avaliação, os anuários estatísticos e os



folders de anos referentes ao período do estudo, disponíveis no site da UnB, serviram de subsídio para obtenção dos dados e desenvolvimento do trabalho.

Os dados relativos à quantidade de pessoal nos anos de 2004 a 2014, tais como, o efetivo de docentes e servidores técnico administrativos foram obtidos junto ao Decanato de Gestão de Pessoas da UnB.

O sistema de informações sobre o orçamento público Siga Brasil, disponível no sítio do Senado Federal, foi utilizado para retirada das informações referentes à execução dos recursos disponibilizados via Lei Orçamentária Anual (LOA). A obtenção de informações acerca dos orçamentos da UnB é bastante complexa, sendo necessário a compilação manual dos recursos utilizados. Todos os valores de despesas executadas anualmente, no período de 2004 a 2014, foram retirados do Siga Brasil e referem-se a empenhos liquidados.

A base de dados do Siga Brasil, utilizada nessa pesquisa, foi desenvolvida pelo Senado Federal e integra em um único repositório as informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Sistema de Elaboração da Lei Orçamentária (SELOR), Sistema de Informação das Estatais (SIEST), Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), além de dados de outras bases.

Todos os valores de despesas foram atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a preços de dezembro de 2014, o qual é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi escolhido o IPCA por ser o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil, desde junho de 1999, para definição e acompanhamento das metas anuais de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação do país. A correção de valores visa obter uma base comparável que possibilita ter uma ideia da evolução do gasto, pois ao se descontar os valores decorrentes de correção, mantém-se o poder de compra original.

Segundo Silva (2007), a correção de valores nominais de uma série temporal é justificada pela necessidade de se minimizar os efeitos da flutuação do nível de preços. Para se avaliar o crescimento real de uma série de dados financeiros, é necessário descontar a parte da variação que decorre basicamente da mudança generalizada dos preços (inflação). A correção de valores foi realizada utilizando-se a série do IPCA com frequência anual, disponível no sítio eletrônico do ipeadata, base de dados econômicos e financeiros mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Após a coleta dos dados, as despesas foram divididas, primeiramente, por Categorias Econômicas. Sendo que, as Despesas Correntes estão apresentadas separadamente nos

Grupos: 1- Pessoal e Encargos Sociais, e 3 - Outras Despesas Correntes (ODC). O Grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida não faz parte do orçamento da UnB. No que diz respeito às Despesas de Capital, essas compreendem a soma dos Grupos 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, tendo em vista a inexpressiva representatividade das despesas liquidadas no grupo 5. O Grupo 6 – Amortização da Dívida, também não aparece em virtude desse tipo de despesa não fazer parte do orçamento da Universidade.

Para melhor compreensão da seção de análise e discussões, torna-se importante discorrer sobre procedimento e organização dos dados. No Grupo 1, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais foram segregados em pagamentos destinados a servidores ativos e inativos. A despesa com ativos compreende os elementos: vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil; contratação por tempo determinado; outras despesas variáveis - pessoal civil; obrigações patronais; ressarcimento de despesas de pessoal requisitado; outros benefícios assistenciais; e contribuição a entidades fechadas de previdência. Os gastos com inativos e pensionistas são constituídos pelos elementos: aposentadorias; reserva remunerada e reformas; e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do militar. Os elementos sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores foram tratados por subelementos para segregar as partes referentes a ativos e inativos.

O Grupo 3 - Outras Despesas Correntes, é formado por despesas de custeio e programas específicos, que se constituem, principalmente, pelos elementos de despesas: serviços de terceiros - pessoa física; serviços de terceiros - pessoa jurídica; locação de mão-de-obra; obrigações tributárias e contributivas; material de consumo; auxílios; despesas de locomoção e outros.

O Grupo 4 – Investimentos, compreende, principalmente, os elementos de despesa obras e instalações e equipamentos e materiais permanentes.

A análise dos dados foi realizada da seguinte forma: a série foi dividida em dois períodos, o primeiro compreende os anos de 2004 a 2008, comparados com base em 2004, e segundo se refere aos anos de 2009 a 2012, tendo como base o ano de 2008. Desta forma, pôde-se verificar e confrontar o comportamento e a disposição das despesas, realizadas pela UnB, em dois períodos distintos, sendo o primeiro anterior ao REUNI e o segundo período após início do Programa.

O comportamento das diferentes classes de gastos utilizadas no trabalho foi analisado, com base em estudo desenvolvido por Santos (2008), dispondo-se do uso de números-índices que permitem demonstrar a relação entre os valores da despesa de cada ano em relação aos períodos-base (2004 e 2008). As razões são expressas em percentual, porém sem utilização do

sinal de percentagem, considerando o período base como 100% e os demais representando variações comparadas a esta base, conforme se verifica na seguinte expressão:

$$N^{\circ} \text{ índice} = \frac{Q_t}{Q_{(2004,2008)}} \times 100$$

Onde:

$Q_t$  = qualquer categoria de gasto ou quantidade analisado no ano  $t$ ; e

$Q_{(2004,2008)}$  = o gasto objeto da análise na posição base (2004 ou 2008 = 100).

O número índice indica a variação relativa no preço, na quantidade, ou no valor entre um ponto anterior no tempo (período-base) e, usualmente, o período corrente.

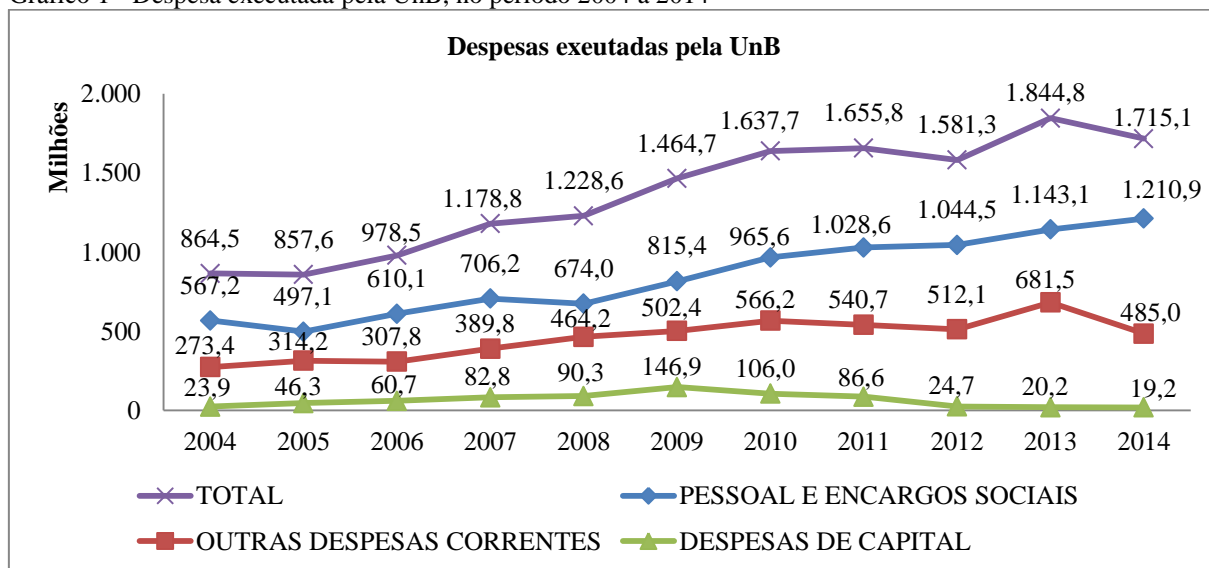
## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de responder ao questionamento inicialmente proposto e atingir os objetivos estabelecidos para o presente trabalho, os dados coletados referentes aos Gastos Públicos com a Universidade de Brasília no período de 2004 a 2014 serão expostos e analisados nas subseções seguintes.

### 4.1 Reflexos do REUNI no total das despesas executadas pela UnB

Em termos gerais e sem qualquer tipo de exclusão, ou seja, os dados brutos relacionados às despesas liquidadas pela UnB (FUB + HUB) no período de 2004 a 2014, com valores atualizados pelo IPCA até dezembro de 2014, podem ser visualizados no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Despesa executada pela UnB, no período 2004 a 2014



Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, preços de dezembro de 2014.

Constata-se que no período de 2004 a 2014 houve um crescimento substancial do montante das despesas executadas pela UnB, haja vista, que, em valores atualizados até dezembro de 2014, as despesas praticamente dobraram, saltando de 864,5 milhões de reais em 2004, para 1.715,1 milhões de reais em 2014, representando um aumento real de 98,4%. As despesas relacionadas à pessoal e encargos sociais, pois cresceram 113,5% em 11 anos, sendo seguidas pelas Outras Despesas Correntes (ODC), com 77,4%. Por outro lado, apesar de menos expressivas, as despesas de capital, após um período de substancial aumento, atingindo

seu pico de 146,9 milhões de reais em 2009, fecharam o ciclo com queda de 20%, saindo de 23,9 milhões em 2004, para 19,2 milhões em 2014.

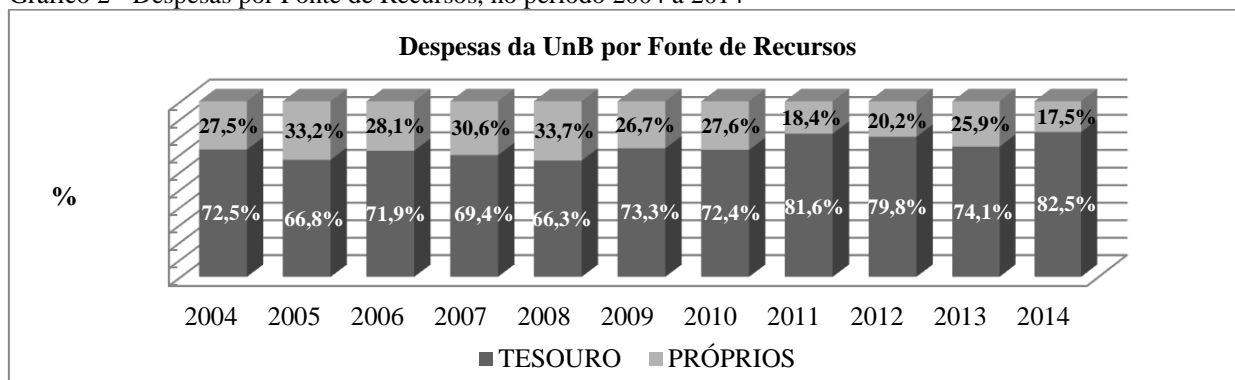
Esse comportamento das despesas de capital é plenamente justificável, pois esse tipo de gasto geralmente está relacionado com projetos, os quais, por definição, possuem tempo de maturação, ou seja, têm duração limitada, com datas de início e de término pré-definidas, como é o caso das construções de imóveis e das aquisições de máquinas, equipamentos e outros materiais permanentes. Assim, uma vez construídos ou adquiridos, cessa-se os investimentos e, naturalmente, tem início os gastos com a manutenção desses bens, os quais passam a ser classificados como despesas correntes.

No que diz respeito à representatividade de cada tipo de despesa no montante dos gastos efetuados pela Universidade, a mais relevante é também a de pessoal e encargos sociais, com uma participação média de 61% no período sob análise, em seguida vem as ODC, com 34%, e por último as despesas de capital, com 5% de participação média.

Após as constatações atinentes à evolução e à composição dos gastos efetuados pela UnB, no período delimitado para a presente pesquisa, torna-se importante buscar a origem dos recursos que suportaram o financiamento desses gastos. Assim sendo, para fins deste trabalho, quanto à sua origem, os recursos foram divididos em: Recursos do Tesouro e Recursos Próprios. O comportamento dessas Fontes de Recursos, em termos percentuais e ao longo dos 11 anos estudados, pode ser visualizado no Gráfico 2 seguinte.

Observa-se que os recursos do tesouro são os mais representativos e possuem, apesar de errática, uma tendência de crescimento ao longo do tempo, saindo de uma participação relativa de 72,5%, em 2004, para uma participação relativa de 82,5%, em 2014. De qualquer forma, os recursos próprios têm uma representatividade expressiva no orçamento da UnB. Porém, isso se deve a existência do CESPE, o que é uma especificidade dessa Universidade.

Gráfico 2 - Despesas por Fonte de Recursos, no período 2004 a 2014



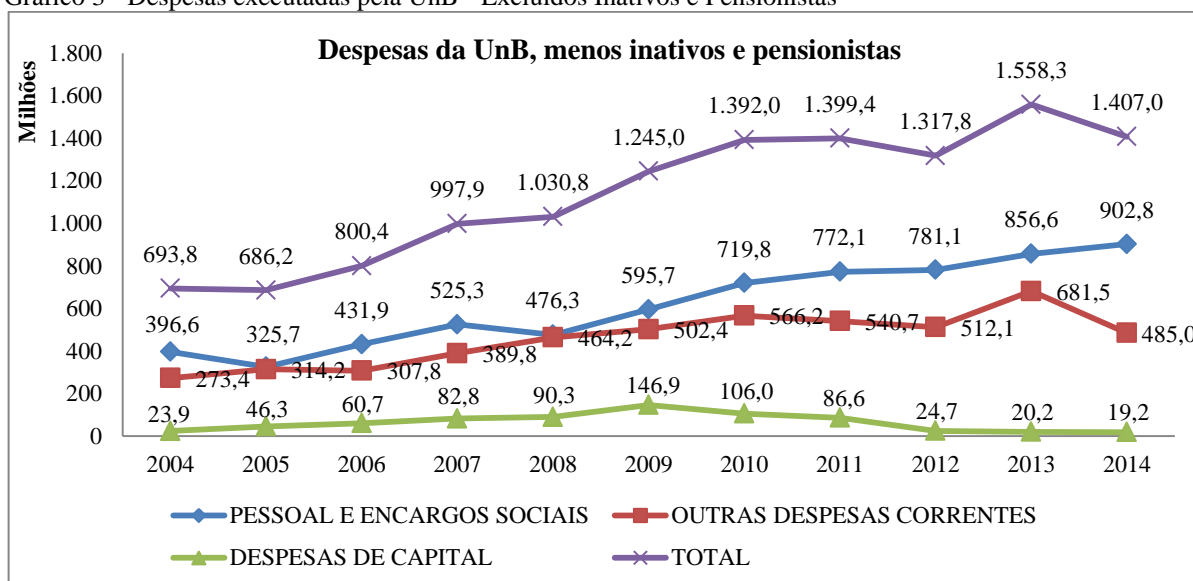
Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Cabe observar que, até o momento, a análise foi feita sobre todos os tipos de gastos efetuados pela UnB no período de 2004 a 2014. Entretanto, tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, que é o de analisar os reflexos do Programa REUNI no orçamento da Universidade, verificou-se a necessidade de excluir os gastos com inativos e pensionistas. Isso se deu, visto que esse tipo de despesa, não contribui para o produto final colocado à disposição da sociedade por essa Instituição de Ensino Superior, que é o aluno formado. Assim sendo, o Gráfico 3 seguinte expõe as despesas executadas pela UnB após a dedução dos gastos com inativos e pensionistas.

Tendo em vista que o ajuste efetuado só afetou o Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, não há que se fazer análise no que diz respeito ao comportamento dos demais tipos de despesas, pois esse aspecto já foi tratado anteriormente. Entretanto, no que diz respeito às despesas do Grupo 1, é possível constatar que essas cresceram 127,6%, saltando, de 396,6 milhões de reais, para 902,8 milhões de reais em 11 anos. Resultado superior ao observado quando se computou os gastos com inativos e pensionistas, cuja variação positiva foi de 113,5%. Tal variação pode ser resultante, tanto do aumento de efetivo, quanto de ganhos remuneratórios reais. Entretanto, esse aspecto será analisado em tópico específico.

Já no tocante à representatividade de cada tipo de despesa no montante dos gastos efetuados pela UnB, após a dedução dos gastos com inativos e pensionistas, a alteração foi significativa. As despesas de pessoal e encargos sociais que tinham uma participação média de 61%, passou para 54%, as ODC que representavam 34%, passou para 40%, e as de capital passaram de 5% para 6% de participação média.

Gráfico 3 - Despesas executadas pela UnB - Excluídos Inativos e Pensionistas



Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, preços de dezembro de 2014.

Conforme exposto no capítulo destinado à metodologia, a análise dos reflexos do Programa REUNI no orçamento da UnB, tem como base o ano de 2008. Haja vista, que esse Programa foi formalizado junto ao MEC no segundo semestre daquele ano, com reflexos orçamentários somente a partir do ano de 2009. Dessa forma, para efeitos comparativos, a análise se deu em dois períodos: o primeiro, de 2004 a 2008, com base em 2004, e o segundo, de 2009 a 2012, com base em 2008. Ficando as realizações dos anos de 2013 e 2014 apenas como suporte para análises complementares. Assim sendo, pode-se confrontar o comportamento e a composição das despesas, realizadas pela UnB, antes e após a implantação do referido Programa.

Utilizando-se de Números Índices como parâmetro de análise, é possível observar, na Tabela 1 seguinte, que houve um maior crescimento das despesas da UnB no período anterior à implantação do Programa REUNI. Haja vista, que essas tiveram um acréscimo de 49 pontos percentuais (p.p), contra um crescimento de 28 p.p após a implantação do referido Programa.

Tabela 1 - Orçamento da UnB x Alunos matriculados – antes e após o REUNI

Período	1º Período					2º Período					2013	2014
	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012		
<b>Executado (em milhões)</b>	694	686	800	998	1.031	1.031	1.245	1.392	1.399	1.318	1.558	1.407
<b>Número Índice</b>	100	99	115	144	149	100	121	135	136	128	151	136
<b>Alunos Matriculados</b>	25.864	25.294	25.993	28.066	30.259	30.259	33.078	35.410	45.794	44.519	48.455	53.171
<b>Número Índice</b>	100	98	100	109	117	100	109	117	151	147	160	176
<b>Gasto Unitário Anual (em reais)</b>	26.826	27.130	30.791	35.555	34.067	34.067	37.637	39.311	30.558	29.602	32.160	26.461
<b>Número Índice</b>	100	101	115	133	127	100	110	115	90	87	94	78

Fonte: Siga Brasil para os gastos; Anuário Estatístico/UnB/2014. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2014. Alunos registrados 2º semestre.

Desse resultado é possível inferir que, sob a ótica orçamentária, mesmo antes da implantação do REUNI, a UnB já passava por um processo de recuperação de seus meios. De outra forma, também é possível deduzir que esse Programa, apesar de ter entre suas estratégias o aumento da capacidade instalada da Universidade, tanto em pessoal quanto em infraestrutura e material, não pode ser indicado como único responsável pela expansão dos gastos da UnB ao longo do período estudado. Por outro lado, tal situação vai ao encontro de uma das metas gerais pré-estabelecidas, que era o melhor aproveitamento dos meios já existentes.

O objetivo estabelecido nas Diretrizes Gerais do REUNI, de melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, também pode ser constatado ao se verificar o comportamento do quantitativo de alunos matriculados anualmente antes e depois da implantação do citado Programa. Pois, no período que vai de 2004 a 2008 houve um incremento de 17 p.p no número de alunos ingressantes na UnB, enquanto que no período de 2008 a 2012 esse incremento foi de 47 p.p. Ou seja, houve um aumento do número de alunos matriculados sem que isso resultasse em um aumento proporcional de recursos orçamentários.

Outro aspecto constante na Tabela 1 que vale a pena ser analisado, e que corrobora com as constatações anteriores, é o fato de ter havido um decréscimo anual do gasto por aluno após a implantação do REUNI. Haja vista, que, no período anterior ao referido Programa, o gasto unitário cresceu 27 p.p, e, no período pós implantação o gasto decresceu 13 p.p quando se leva em consideração o ano de 2012 e 22 p.p quando se leva em consideração o ano de 2014.

#### 4.2 Reflexos do REUNI nas despesas com pessoal da UnB

As despesas do grupo de Pessoal e Encargos Sociais são integralmente financiadas com recursos oriundos do Tesouro, e contemplam as forças de trabalho da FUB e de todas suas unidades gestoras, inclusive o CESPE e o HUB.

A Tabela 2, a seguir, permite fazer comparações, por meio de números índices, do valor gasto com o pagamento de pessoal ativo em relação à variação do quantitativo de efetivos ativos, que compreendem docentes e servidores administrativos. Cabe observar que não foi possível tratar separadamente o gasto com professores, devido o pagamento ser realizado na mesma rubrica para todo o efetivo.

Tabela 2 - Gasto Pessoal Ativo x Efetivo – Antes e após o REUNI

Período	1º Período					2º Período					2013	2014
	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012		
<b>Executado (em milhões)</b>	397	326	432	525	476	476	596	720	772	781	857	903
<b>Número Índice</b>	100	82	109	132	120	100	125	151	162	164	180	190
<b>Efetivo</b>	5.682	5.683	5.823	5.783	5.962	5.962	6.509	6.926	7.502	7.927	8.016	8.397
<b>Número Índice</b>	100	100	102	102	105	100	109	116	126	133	134	141
<b>Gasto Unitário Anual (em reais)</b>	69.795	57.313	74.172	90.832	79.891	79.891	91.513	103.934	102.915	98.540	106.867	107.512
<b>Número Índice</b>	100	82	106	130	114	100	115	130	129	123	134	135

Fonte: Siga Brasil para os gastos; DGP/UnB. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2014.



Verifica-se que o crescimento do efetivo não acompanhou o aumento dos gastos executados. O valor gasto com o pagamento de ativos cresceu 20 p.p no primeiro período, enquanto a variação de efetivos foi de 5 p.p. No segundo período houve aumento considerável de efetivo, que conforme exposto, alcançou 33 p.p, se comparado o ano de 2012 com o ano de 2008. Entretanto, o valor gasto também aumentou, em maior proporção se comparado ao primeiro período.

O comportamento do gasto unitário, na Tabela 2, é decorrente da relação do valor da despesa com pessoal ativo e o quantitativo de pessoal. Durante o período de 2004 a 2008, houve aumento de 14 p.p, já após o REUNI o crescimento foi de 23 p.p em 2012 e de 35 p.p se considerado 2014. Essa variação observada no gasto unitário sinaliza para duas possibilidades, sendo a primeira delas a de que houve ganho real em termos de salário, a segunda para o fato de que aumentou-se o nível de especialização dos profissionais, o que gera um aumento remuneratório.

Dispondo-se do mesmo método para análise da evolução dos gastos, a Tabela 3 possibilita fazer relação do valor gasto com o pagamento de pessoal ativo e a quantidade de alunos regularmente registrados em cada ano. Cabe observar que o Gasto Unitário Anual calculado a seguir não se assemelha ao custo por aluno apurado pela UnB, o qual segue uma metodologia própria e completamente diferente da utilizada na presente pesquisa.

Tabela 3 – Relação Gasto Pessoal Ativo x Aluno – Antes e após REUNI

Período	1º Período					2º Período					2013	2014
	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012		
<b>Executado (em milhões)</b>	397	326	432	525	476	476	596	720	772	781	857	903
<b>Número Índice</b>	100	82	109	132	120	100	125	151	162	164	180	190
<b>Alunos Matriculados</b>	25.864	25.294	25.993	28.066	30.259	30.259	33.078	35.410	45.794	44.519	48.455	53.171
<b>Número Índice</b>	100	98	100	109	117	100	109	117	151	147	160	176
<b>Gasto Unitário Anual (em reais)</b>	15.333	12.877	16.616	18.716	15.741	15.741	18.008	20.329	16.860	17.546	17.679	16.979
<b>Número Índice</b>	100	84	108	122	103	100	114	129	107	111	112	108

Fonte: Siga Brasil para os gastos; Anuário Estatístico/UnB/2014. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2014. Alunos registrados 2º semestre.

Diferente do resultado encontrado na subseção anterior, no qual se verificou uma redução no gasto unitário anual com aluno, a Tabela 3 mostra que houve um crescimento desse gasto, o que permite concluir que o valor gasto com pessoal não tem participação no decréscimo do gasto com aluno.

A Proposta da UnB, apresentada no âmbito do REUNI, previu a ampliação do corpo de docentes e dos servidores técnico-administrativos, mediante a criação de vagas para os respectivos cargos. A Tabela 4 apresenta a evolução da quantidade de docentes e de servidores técnico-administrativos da UnB, incluído o HUB, no período compreendido entre 2004 e 2014.

Tabela 4 - Evolução do efetivo ativo da UnB, de 2004 a 2014

<b>QUADRO DE PESSOAL</b>											
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Docentes efetivos</b>	1.307	1.345	1.471	1.449	1.536	1.837	2.104	2.267	2.354	2.373	2.418
<b>Substitutos</b>	325	309	266	289	227	201	100	146	202	248	263
<b>Visitantes</b>	32	20	23	31	35	23	16	22	44	43	40
<b>Total Docentes</b>	1.664	1.674	1.760	1.769	1.798	2.061	2.220	2.435	2.600	2.664	2.721
<b>Servidores Admin.</b>	2.354	2.335	2.303	2.245	2.366	2.387	2.486	2.632	2.727	2.688	2.955
<b>Total ativos</b>	5.682	5.683	5.823	5.783	5.962	6.509	6.926	7.502	7.927	8.016	8.397

Fonte: DGP/UnB. Elaborado pelo autor.

Entre os anos de 2004 e 2008, verifica-se que o total do efetivo ativo não apresentou variação significativa. Considerando-se os anos de 2008 a 2012, período de execução do REUNI, houve um aumento de efetivo da ordem de 802 docentes e 361 técnicos-administrativos, o que representa um crescimento de 53% na quantidade de docentes, e de 30% no número de servidores, se comparados em relação a 2008. Tal situação corrobora com a Proposta da UnB no âmbito do REUNI.

A Comissão Permanente do REUNI, criada para acompanhamento da execução do Programa, concluiu sobre a existência de carência generalizada de recursos humanos na Universidade, sendo que várias áreas acadêmicas e administrativas não possuem servidores do quadro e funcionam com o apoio de estagiários e de pessoal contratado e terceirizado. O REUNI não supriu todas as carências de pessoal da Instituição, mas permitiu à Universidade alcançar o objetivo inicial de redução do déficit de servidores e de melhoria das condições de funcionamento das unidades (UnB, 2013a).

### 4.3 Reflexos do REUNI nas Outras Despesas Correntes e de Capital

Consoante ao desenvolvido nas duas subseções anteriores, a Tabela 5 seguinte traz a mesma comparação para as despesas com ODCC, que consiste na relação do valor gasto e a quantidade de alunos matriculados. Pode-se observar que houve maior crescimento dos gastos no período anterior ao REUNI, pois entre os anos de 2004 e 2008 a despesa aumentou 87 p.p,

já no período após implantação do Programa, observa-se que houve um incremento de 3 p.p até o ano de 2012.

Tabela 5 - Outras despesas correntes e de capital, antes e após 2008.

Período	1º Período					2º Período					2013	2014
	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012		
<b>Executado (em milhões)</b>	297	361	368	473	555	555	649	672	627	537	702	504
<b>Número Índice</b>	100	121	124	159	187	100	117	121	113	97	127	91
<b>Alunos Matriculados</b>	25.864	25.294	25.993	28.066	30.259	30.259	33.078	35.410	45.794	44.519	48.455	53.171
<b>Número Índice</b>	100	98	100	109	117	100	109	117	151	147	160	176
<b>Gasto Unitário Anual (em reais)</b>	11.493	14.253	14.175	16.839	18.326	18.326	19.630	18.982	13.698	12.056	14.481	9.482
<b>Número Índice</b>	100	124	123	147	159	100	107	104	75	66	79	52

Fonte: Siga Brasil para os gastos; Anuário Estatístico/UnB/2014. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2014.

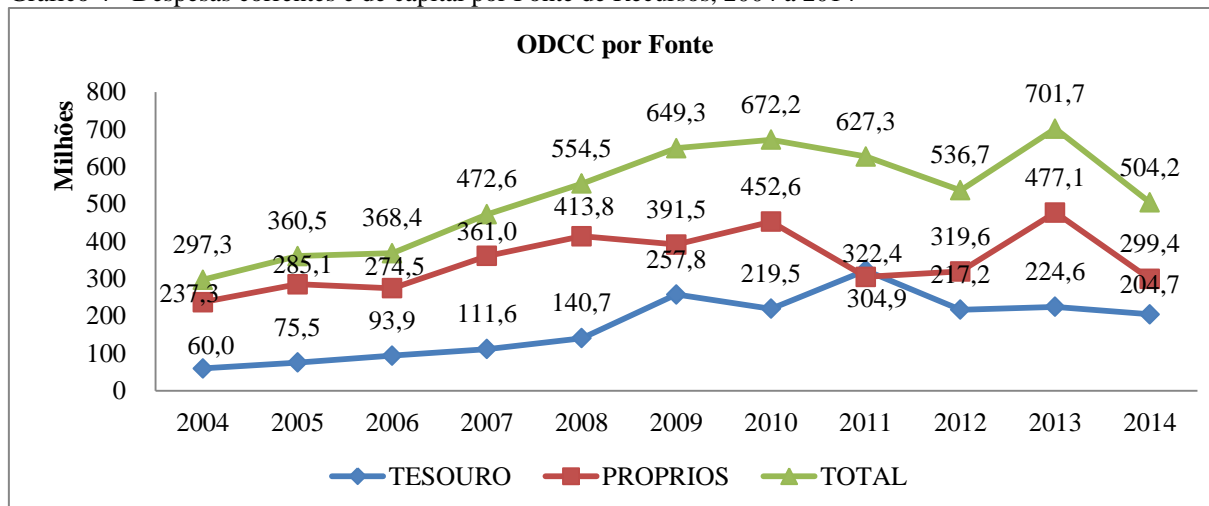
Verifica-se, acima, que houve um decréscimo substancial do gasto unitário anual após o período de início do REUNI, tal situação decorre do fato de ter havido um aumento considerável de alunos sem o correspondente aumento dos recursos destinados ao funcionamento à manutenção da Universidade, o que contribui para diminuição do gasto unitário anual. O comportamento das despesas de ODCC assemelha-se ao verificado na despesa total da UnB. Esse resultado vai ao encontro das diretrizes preconizadas pelo REUNI e permite concluir pela existência de um aumento da eficiência operacional da UnB ao longo do tempo. Assim, pode-se dizer que houve uma otimização dos meios disponíveis, já que houve um acréscimo substancial de alunos sem que houvesse um aumento proporcional dos gastos.

Conforme exposto anteriormente, as despesas correntes e de capital somadas correspondem à participação média de 46% no montante dos gastos da UnB. Apenas uma parcela dessas despesas é custeada com recursos do Tesouro, tornando-se importante identificar a origem dos recursos que suportam o financiamento desses gastos. O comportamento dessas Fontes de Recursos pode ser visualizado no Gráfico 4 seguinte. As informações foram apresentadas de forma consolidada, com integração das unidades orçamentárias FUB e HUB.

Considerando que a maior parte dos recursos da União é consumida no pagamento de pessoal e encargos sociais, os recursos destinados à manutenção e investimento tornam-se insuficientes. Nesse sentido, o comportamento da participação dos recursos próprios da UnB,

como se pode visualizar, tem se mostrado muito significativo. Entretanto, cabe observar que essa é uma especificidade da UnB, devido à existência do CESPE.

Gráfico 4 - Despesas correntes e de capital por Fonte de Recursos, 2004 a 2014



Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Nota-se que o comportamento da série de recursos provenientes do tesouro, apesar de errática, possui uma tendência de crescimento ao longo do tempo, saindo de uma participação relativa de 20,2%, em 2004, para uma participação relativa de 25,4% em 2008, e de 40,6% no ano de 2014.

Ao longo dos anos as despesas de custeio e investimento da universidade foram ampliadas em função da expansão física e acadêmica. Os recursos do Tesouro não foram suficientes para cobrir todas essas despesas. Assim sendo, eles vêm sendo complementados com recursos próprios captados pela UnB, oriundos de projetos e atividades diversas, como, aluguéis, receitas provenientes de concursos realizados pelo CESPE, dentre outras. Os recursos próprios mostram-se importantes para que a Universidade mantenha a sua estrutura física em funcionamento.

Outro aspecto constante no Gráfico 4, que vale a pena ser destacado, está no ano de 2014, no qual observa-se uma queda expressiva dos recursos oriundos da Fonte Recursos Próprios. Conforme constante em Relatório de Gestão (UnB, 2014), a redução na captação de recursos próprios foi decorrente da criação, em 2013, da Organização Social (OS) denominada, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de eventos (CEBRASPE), que passou a ser vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e não mais à FUB. Tal qualificação se deu por meio do Decreto N° 8.078, de 19 de agosto de 2013.

A Tabela 6, seguinte, apresenta o valor total executado com ODCC ao longo do período de estudo, ou seja, de 2004 a 2014. Verifica-se que o item outros serviços de terceiros – pessoa física é o elemento de despesa mais representativo. Este elemento é constituído, principalmente, por gastos referentes ao pagamento de prestadores e demais serviços relacionados a atividade do CESPE.

Cabe ressaltar que o elemento de despesa obrigações tributárias, com parcela relativa de 9,6% em relação ao gasto total de ODCC, também possui grande representatividade de gastos relacionados às atividades do CESPE. Apesar desses gastos não guardarem relação com formação do aluno, optou-se por não excluí-los, devido ao fato de parte dos recursos arrecadados pelo CESPE, serem utilizados para fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Tabela 6 - Outras despesas correntes e de capital por elemento de despesa

<b>ELEMENTOS DE DESPESA</b>		<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.974.382.145,79	39,2%
	39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	881.484.042,71	17,5%
	37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	582.395.002,50	11,6%
	47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	485.567.983,07	9,6%
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	261.728.344,50	5,2%
	18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	181.069.133,97	3,6%
	46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	185.593.026,77	3,7%
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	161.656.384,76	3,2%
	20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	78.878.144,41	1,6%
	14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	54.214.195,20	1,1%
	93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	52.114.632,32	1,0%
	49 - AUXILIO-TRANSPORTE	54.454.002,66	1,1%
	92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	45.204.923,43	0,9%
	* OUTROS	38.400.699,64	0,8%
<b>SOMA</b>		<b>5.037.142.661,73</b>	<b>100,0%</b>
<b>ELEMENTOS DE DESPESA</b>		<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	51 - OBRAS E INSTALACOES	357.692.433,08	50,6%
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	311.588.719,12	44,0%
	** OUTROS	38.267.112,99	5,4%
<b>SOMA</b>		<b>707.548.265,19</b>	<b>100,0%</b>
<b>RESUMO</b>		<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL ODCC</b>	ODC	5.037.142.661,73	87,7%
	DESPESAS DE CAPITAL	707.548.265,19	12,3%
<b>SOMA</b>		<b>5.744.690.926,92</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Siga Brasil. Elaborado pelo autor.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, preços de dezembro de 2014. \*OUTROS: soma dos elementos de despesa - 67, 08, 48, 35, 04, 91, 31, 41, 59 e 01. \*\*OUTROS: soma dos elementos de despesa - 39, 47, 62 e 92.

As despesas executadas no grupo de ODC e Capital ocorreram em atendimento às necessidades operacionais da Universidade. O aumento real verificado é condizente com as atividades previstas no plano de metas e que foram executadas através do REUNI.

O gasto do grupo Investimentos está dividido, principalmente, em despesas destinadas à realização de obras e reformas e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes. O montante total gasto com obras e reformas durante todo o período foi de 357,69 milhões. Quanto à aquisição de equipamentos e materiais permanentes o total no período foi de 311,58 milhões.

O APÊNDICE A relaciona os gastos realizados com obras e reformas durante a execução do REUNI. O montante total gasto com obras e reformas durante o REUNI na UnB, em valores nominais, foi de R\$ 91.466.834,63.

No ano de 2008 as obras de maior valor foram a construção do prédio do campus do Gama e parte do Instituto de Ciências Biológicas no campus Darcy Ribeiro. Em 2009 as principais obras foram à construção dos Departamentos de Ciência da Computação e Estatística, Bloco de Sala de Aulas Norte, Unidade de Ensino e Docência no Gama e o Bloco de Salas de Aula Eudoro de Souza (BAES). Durante o ano de 2010 os maiores investimentos foram gastos na construção do Instituto de Relações Internacionais e Política Externa (IREL/IPOL), Bloco de Salas de Aula Sul (BSA) e módulos de serviço. Em 2011 destacaram-se as obras de construção do Prédio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), 2ª etapa do BSA, reformas dos banheiros da BCE e de Anfiteatros do ICC. O ano de 2012 foi basicamente de termos aditivos para complementação de obras e reformas já iniciadas.

No âmbito da infraestrutura, as obras realizadas não acompanharam o crescimento acadêmico da Universidade, destaca-se que alguns prédios foram acabados e entregues, mas parte das obras previstas não foi concluída, restando um conjunto de edificações a serem finalizadas sem que haja o orçamento correspondente para seu financiamento.

As Instalações do campus da Faculdade de Ceilândia (FCE) são novas, mas a estrutura já não é suficiente para a quantidade de alunos, a Faculdade utiliza o espaço do Centro de Ensino Médio nº 4, que foi cedido através de parceria entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a UnB (DFTV, 2015).

A outra parte dos recursos de investimento oriundos do REUNI foi utilizada para aquisição de equipamentos e materiais permanentes em atendimento às necessidades da Universidade, seus Institutos e Faculdades. O critério adotado para aquisição de equipamento foi de R\$ 5.000,00 por vaga nova aberta.

Os equipamentos e materiais permanentes que compõem a demanda das unidades acadêmicas constituem-se de itens como: mobiliário em geral - mesas, cadeiras, armários, arquivos; bens de informática - estabilizadores, impressoras, microcomputadores, monitores,

nobreaks, notebooks, projetores, scanners, processadores; materiais e equipamentos de laboratório; utensílios domésticos - condicionadores de ar, refrigeradores, televisores, fax.

O Apêndice B relaciona os equipamentos e materiais permanentes adquiridos durante o período do programa REUNI na UnB. O total gasto com equipamentos e materiais permanentes, em valores nominais, foi de R\$ 27.923.617,69.

Enfim, é possível verificar que a partir de 2009 os créditos orçamentários da UnB foram fortalecidos com advento do programa REUNI, entretanto os recursos do Tesouro não são suficientes para custear o atendimento de necessidades básicas da Instituição. A quantidade de obras executadas e financiadas pelo REUNI preocupa, em função de não ter recursos suficientes para manter tais edificações e prover despesas básicas necessárias para atendimento à sua atividade fim, tais como, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, limpeza, vigilância e segurança, e das instalações (TEIXEIRA, 2013).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo evidenciar o comportamento dos gastos da UnB após a sua entrada no Programa REUNI. Buscou-se destacar as variações das despesas orçamentárias executadas pela UnB, no período de 2004 a 2014, confrontando-as com o número de alunos matriculados, analisar o comportamento dos gastos com pessoal antes e após a implantação do Programa na UnB e fazer exposição dos principais gastos com a ampliação e manutenção da infraestrutura instalada.

Em termos gerais, verificou-se um crescimento substancial no total de despesas da UnB, sendo que as despesas que mais contribuíram para esse comportamento foram às relacionadas à pessoal, seguidas pelas outras despesas correntes e com menor representatividade as despesas de capital. O comportamento das despesas de capital justifica-se pelo fato de estar relacionadas a projetos que possuem maturação e duração limitada. Outro aspecto observado foi a redução do gasto unitário anual por aluno, o que sugere um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos após a implantação do REUNI.

A Universidade de Brasília possui a especificidade de deter o CEBRASPE, denominado CESPE. Uma parte significativa das receitas próprias da UnB é proveniente do CESPE, que tem como meio de arrecadação a realização de concursos públicos, processos de seleção, exames e avaliações.

No tocante aos gastos com pessoal, verifica-se que o aumento do montante gasto ao longo do tempo foi maior que o acréscimo de efetivo. O que sinaliza a existência de ganho real em termos salariais, mesmo que esses sejam decorrente de melhoria na qualificação profissional.

Apesar disso, pode-se concluir que o REUNI, de fato, ampliou o acesso à educação superior, sem que isso resultasse em aumento proporcional dos gastos. Pois, após a implantação desse Programa, houve um aumento de 47% no número de alunos matriculados, enquanto que, em termos gerais, as despesas cresceram apenas 28% no mesmo período.

Cabe destacar que em relação aos gastos com manutenção e ampliação da capacidade instalada, o montante total executado com obras e reformas durante todo o período de estudo foi de 357,69 milhões, e para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes o total foi de 311,58 milhões. Apesar desses investimentos, realizados de forma pontual e concentrados, principalmente, nos anos de 2009 e 2010, os gastos com o funcionamento da Universidade vêm decrescendo substancialmente quando comparados com a quantidade de alunos



matriculados. Assim sendo, se por um lado isso pode denotar um melhor aproveitamento dos meios existentes, também é preciso verificar até que ponto isso não terá reflexos na qualidade do ensino. Pois, é necessário também se verificar as condições das instalações e a qualidade dos serviços que estão sendo oferecidos.

Em função disso, sugere-se como trabalhos futuros, avaliar essa questão da ampliação do número de vagas em relação à qualidade do ensino. Bem como, a ampliação do escopo deste trabalho para as demais IFES, e, ainda, o desenvolvimento de abordagens para constatar sobre os critérios estabelecidos para a avaliação do Programa REUNI.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3998-15-dezembro-1961-376850-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 jan. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial União**. Brasília, DF, 24 abr. 2007a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.078, de 19 de agosto de 2013. Qualifica como Organização Social o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe.. **Diário Oficial União**. Brasília, DF, 20 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=12386&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. **Desafios e perspectivas da educação**

**superior brasileira para a próxima década 2011 – 2020.** Brasília: UNESCO, 2012b. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

TV Globo DF. Campus da UnB em Ceilândia está pequeno. Brasília: DFTV, 2015. Son., color. Disponível em: <<http://fce.unb.br/noticias/259-campus-unb-globo-22-05-2015>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Cap. 8. p. 568-574.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, [s.l.], n. 24, p.5-15, set. 2003. Fap-UNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1413-24782003000300002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, Livia Veleda de Sousa e. **Democratização do acesso à educação superior e pública no Distrito Federal - Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina.** 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Heverson Cid. **Gastos Públicos Federais x Ensino Superior x Expansão Da Universidade De Brasília – Unb.** 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Contabilidade gerencial e sistema de informação. In: PADOVEZE, Clóvis Luis. **Conatbilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 1. p. 47-49.

PEDERIVA, João Henrique. Accountability no Setor Público. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [s.i.], v. 1, n. 2, p.98-116, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/108>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SANTOS, Antonio Carlos dos. **Gastos Públicos no Brasil: evidencição da dinâmica dos gastos correntes federais no período de 1995 a 2006.** 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2008.

SILVA, Romildo Araújo da. **Evolução e Dinâmica dos Gastos do Governo Federal Brasileiro no Período 1995-2005.** 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2007.

TEIXEIRA, Marta Emília. **O Impacto Do Reuni Sobre A Gestão Administrativa E Financeira Da Universidade De Brasília.** 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VELLOSO, Jacques; MARQUES, Paulo Marcello F.. Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. **Educ. Soc.**, [s.l.], v. 26, n. 91, p.655-680, 2005. Fap-UNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0101-73302005000200018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000200018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB. Decanato de Ensino de Graduação. **Anuário Estatístico 2014: 2009-2013**. Brasília: UnB, 2014a. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/documentos/anuario/Anuario\\_2014.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/anuario/Anuario_2014.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Ensino de Graduação. **Documento aprovado na Da 339ª**. Reunião Do Conselho Universitário. Brasília: UnB, 2008. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc\\_reuni\\_novo.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_novo.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Ensino de Graduação. Comissão Permanente do Reuni. **1º Relatório Semestral do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na Universidade de BRASÍLIA**: período de setembro de 2008 a abril de 2009. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/Relatorio.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Ensino de Graduação. Comissão Permanente do Reuni. **8º Relatório de Atividades da Comissão Permanente do Reuni de 2012: Período de Julho a Dezembro..** Brasília: UnB, 2013a. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/relatorio\\_reuni/8relatorio/8relatorio.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/relatorio_reuni/8relatorio/8relatorio.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio\\_Gestao\\_2014.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2014.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão do exercício de 2012**. Brasília: UnB, 2013b. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/documentos/Gestao\\_2012/Relatorio%20Gestao%202012.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/Gestao_2012/Relatorio%20Gestao%202012.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Gestão do exercício de 2008**. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/documentos/Gestao\\_2008/Relatorio\\_de\\_Gestao%202008.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/Gestao_2008/Relatorio_de_Gestao%202008.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decanato de Ensino de Graduação. Diretoria Técnica de Graduação. **Guia do calouro 2º 2004**. Brasília: UnB, 2014b. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/guia\\_calouro\\_2\\_2014.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/guia_calouro_2_2014.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Despesas de Capital da UnB - Obras e Reformas REUNI

### Investimento - Obras e Reformas

<b>2008</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Reforma do Módulo 18 - antes ocupado pelo CESPE	467.022,20
Construção do prédio do <i>Campus</i> do Gama	8.019.330,11
Construção de parte do Instituto de Ciências Biológicas	3.513.647,69
<b>Subtotal</b>	<b>12.000.000,00</b>
<b>2009</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Bloco de Salas de Aula Eudoro de Souza (BAES)	2.142.515,74
Departamentos CIC e EST	6.680.174,11
Confecção de maquete para edifício BAES	7.200,00
FAC - mezanino	1.097.576,21
FAU - mezanino	235.182,80
Reforma Anfiteatro 12 ICC	499.999,99
Reforma Anfiteatros 2, 5, 6, 15, 16 e 19 ICC (cadeiras)	945.811,08
Reforma Anfiteatros 3, 8, 13 e 18 ICC	401.477,83
Reforma das escadas da BCE	32.507,61
Reforma do CID	19.356,99
Reforma laboratórios FS	14.000,00
Reforma Pavilhões AT/JC	289.634,72
Reforma Salas de Aula ICC	667.240,47
Serviços de Sondagem	5.000,00
Serviços de Topografia	14.200,00
Bloco de Salas de Aula Norte	6.716.008,53
Unidade de Ensino e Docência - GAMA	6.955.541,34
Relatório Técnico Ambiental – Ceilândia	78.894,98
Relatório Técnico Ambiental – Gama	94.489,00
<b>Subtotal</b>	<b>26.896.811,40</b>
<b>2010</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Blocos de Salas de Aula Sul	3.848.949,04
Módulos de Serviço	4.069.889,77
Termo Aditivo CIC/EST	20.648,01
Termo Aditivo UED	11.841,03
IPOL/IREL	7.725.701,03
Reforma Pavilhões AT/JC	710.057,70
Reformas dos Anfiteatros 3, 8, 13 e 18 ICC	761.310,81
Conclusão da Reforma do Anfiteatro 12 do ICC	33.821,65
PRC - material para reforma	17.407,65
Termo Aditivo reforma escadas BCE	13.052,97

Recuperação da Praça Maior (pavimentação)	2.955.678,77
Termo Aditivo - recuperação da Praça Maior	500.000,00
Topografia - Casa do Estudante	14.850,00
Módulos de Serviço e Apoio Comunitário - Ceilândia	1.662.104,64
Módulos de Serviço e Apoio Comunitário - Gama	1.689.000,00
Módulos de Serviço e Apoio Comunitário - Planaltina	1.685.836,93
<b>Subtotal</b>	<b>25.720.150,00</b>

<b>2011</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Engenharia Elétrica	40.400,00
Prédio ICS	6.257.816,14
CEPLAN - Termo Aditivo	72.252,58
Bloco de Salas de Aula Sul – 2ª etapa	6.490.618,73
CAEP – 1ª etapa	1.623.460,29
Laboratórios UEG – FS 1ª etapa	1.848.074,07
CEPLAN - Nota complementar	71.596,88
Prédio da Engenharia Florestal	8.697,27
Obra Campus Ceilândia	571.061,10
Serviços de troca de elevador monta carga	67.922,19
Faculdade de Tecnologia - Ampliação Bloco E	230.896,00
CEPLAN - I Termo aditivo de contrato	239.896,80
Projeto de acústica – auditórios FS	14.300,00
Posto Avançado da SAA - Darcy Ribeiro	45.183,06
Reforma dos Anfiteatros 04, 10, 11 e 17 ICC	1.251.854,33
Reforma dos banheiros da BCE	2.339.263,83
Instituto de Letras	1.913.976,88
Construção e reformas - Fazenda Água Limpa	809.182,99
<b>Subtotal</b>	<b>23.896.453,14</b>

<b>2012</b>	<b>Executado (R\$)</b>
BSA - SUL - 2º Termo Aditivo	206.815,33
BSA - SUL - Complementação	1.377.499,51
BSA - SUL - Climatização auditório e laboratórios	764.477,64
Banheiros BCE - Termo Aditivo	20.749,52
Galpões Fazenda Água Limpa - Termo Aditivo	291.281,84
uditório Joaquim Nabuco - FUP - Complementação	51.640,93
UEA - FGA - Serviços extracontratuais	107.063,44
CAEP - 2ª etapa - 3º Termo Aditivo	21.992,21
Reforma Instituto de Letras - Serviços Adicionais	111.899,67
<b>Subtotal</b>	<b>2.953.420,09</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>91.466.834,63</b>

**APÊNDICE B – Despesas de Capital - Equipamentos e Materiais Permanentes REUNI**  
**Equipamentos e Materiais Permanentes**

<b>2008</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Equipamentos de Informática	1.076.091,25
Aquisição de veículos	1.887.736,10
<b>Subtotal</b>	<b>2.963.827,35</b>
<b>2009</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Aparelhos de Medição e Orientação	146.619,38
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.469,00
Aparelhos e Equipamentos Utensílios Médicos, Laboratórios e Hospitalares	1.429.591,07
Aparelhos e Utensílios Domésticos	275.682,86
Coleções e Materiais Bibliográficos	724.082,97
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	113.040,00
Instrumentos Musicais e Artísticos	66.556,11
Máquinas e Equipamentos Energéticos	235.471,00
Máquinas e Equipamentos Gráficos	84.010,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	581.402,50
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	4.136,94
Equipamentos de Processamento de Dados	4.642.076,61
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	5.844,13
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.034,50
Mobiliário em Geral	3.288.843,46
<b>Subtotal</b>	<b>11.600.860,53</b>
<b>2010</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Equipamentos de Informática	1.035.956,48
Mobiliário	1.669.192,59
Utensílios Domésticos	121.730,98
Audiovisual	75.958,57
Laboratório	1.156.833,60
Veículos automotivos	1.379.298,23
<b>Subtotal</b>	<b>5.438.970,45</b>
<b>2011</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Equipamentos de Informática	2.701.441,91
Mobiliário	615.920,16
Laboratório	1.593.954,51
Audiovisual	1.014,00
Livros	10.886,27



<b>Subtotal</b>	<b>4.923.216,85</b>
<b>2012</b>	<b>Executado (R\$)</b>
Equipamentos de Informática	993.999,60
Mobiliário	1.823.158,25
Laboratório	159.933,96
Utensílios Domésticos	19.650,70
<b>Subtotal</b>	<b>2.996.742,51</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27.923.617,69</b>